

**MOVIMENTO DE MULHERES
CAMPONESAS: TERRITÓRIO DE
LUTA E RESISTÊNCIA
FEMINISTA**

*PEASANT WOMEN'S MOVEMENT:
TERRITORY OF FEMINIST
STRUGGLE AND RESISTANCE*

*MOVIMIENTO DE MUJERES
CAMPELINAS: TERRITORIO DE
LUCHA Y RESISTENCIA
FEMINISTA*

Noeli Welter Taborda

Discente: Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
– UNESP - Universidade Estadual Paulista – SP.
E-mail: noeli.taborda@unesp.br

Janaina Francisca De Souza Campos Vinha
Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro –
UFTM (MG), Departamento de Geografia.
Docente do Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
– UNESP - Universidade Estadual Paulista – SP.
E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br

Resumo:

O presente artigo apresenta reflexões acerca do território de luta e resistência feminista a partir do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Pretende-se, portanto, evidenciar e identificar as teorias feministas que contribuem para a interpretação do espaço geográfico e entender a produção teórica sobre território das mulheres camponesas. A metodologia se baseou na pesquisa militante, através da análise bibliográfica e documental. Para as camponesas, compreender o espaço como possibilidade permite pensar a construção de territórios baseados no bem viver, pois trazem a herança das mulheres indígenas, negras e lutadoras que as inspiram a construir uma nova sociedade.

Palavras-chave: MMC, território, luta, feminismo.

Abstract:

This article presents reflections on the territory of feminist struggle and resistance from the Peasant Women's Movement (MMC). The aim, therefore, is to highlight and identify the feminist theories that contribute to the interpretation of geographic space and understand the theoretical production on the territory of peasant women. The methodology was based on militant research, through bibliographic and documentary analysis. For peasant women, understanding space as possibilities allows them to think about building territories based on good living, as they bring to mind the heritage of indigenous, black and fighter women who inspire them to build a new society.

Keywords: MMC, territory, struggle, feminism.

Resumen:

Este artículo presenta reflexiones sobre el territorio de lucha y resistencia feminista desde el Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC). El objetivo, por tanto, es resaltar e identificar las teorías feministas que contribuyen a la interpretación del espacio geográfico y comprender la producción teórica sobre el territorio de las mujeres campesinas. La metodología se basó en la investigación militante, a través de análisis bibliográfico y documental. Para las mujeres campesinas, entender el espacio como posibilidades les permite pensar en construir territorios basados en el buen vivir, ya que recuerdan la herencia de mujeres indígenas, negras y luchadoras que las inspiran a construir una nueva sociedad.

Palabras-clave: MMC, territorio, lucha, feminismo.

Notas introdutórias: das lutas e resistências as camponesas constroem seus territórios

O presente artigo apresenta reflexões acerca do território de luta e resistência feminista a partir do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Pretende-se evidenciar e identificar as teorias feministas que contribuem para a interpretação do espaço geográfico e entender a produção teórica sobre território das mulheres do MMC. Neste ensaio, propomos articular as categorias espaço e território, os conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial e o debate sobre o MMC e as teorias feministas. O Feminismo Camponês Popular é parte central dessa leitura, pois surge a partir da luta pela terra e território, apontando um projeto camponês e indígena de produção de alimentos e do bem viver.

Assim, o Feminismo Camponês Popular constitui-se como projeto alternativo e contra-hegemônico para campo, florestas e águas, de caráter antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, que reconhece a heterogeneidade de formas de pensar, organizar, produzir e viver das mulheres. Busca compreender a complexidade das formas de exploração e dominação. Incorpora a discussão LGBTQIA+ e amplia o debate acerca das múltiplas violências sofridas pelas mulheres, na busca pela autonomia (Taborda; Cinelli e Collet, 2021).

O MMC tem por missão a libertação das mulheres de todas as formas de opressão e discriminação, a construção de um projeto popular de agricultura camponesa, agroecológico e feminista, rumo à transformação da sociedade (MMC, 2004). Suas ações se alicerçam no tripé *organização* das mulheres camponesas, *formação* - que se constitui em espaços e territórios compostos por conhecimentos políticos e técnicos - e *lutas* de resistência - por direitos, políticas públicas, agroecologia e às inúmeras formas de violência capitalista, patriarcal e racista. Visa, sobretudo, a construção de novas relações entre os seres humanos e, destes, com a natureza.

Partimos de uma abordagem materialista histórico-dialética, já que, de acordo com Marx (2008, p. 47), “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência”. Portanto, é a partir do contexto de contradições geradas pelo capitalismo, patriarcado e racismo, assim como da vivência concreta das mulheres camponesas, que elas se organizaram no MMC e foram em busca de seus direitos.

Adotamos, também, procedimentos que incluíram o levantamento e análise bibliográfica de 8 elaborações textuais de militantes do próprio Movimento no período de 2012 a 2021, apresentadas no quadro 1.

Quadro 1: Produção bibliográfica das militantes do MMC (2012-2021)

Tipo	Autoras	Título	Ano
Dissertações	Catiane Cinelli	<i>Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas</i>	2012
	Iridiani G. Seibert	<i>Feminismo Camponês Popular: contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social</i>	2019

Artigos	Iridiani G. Seibert e Sandra M. R. Rodrigues	<i>Aproximação teórica entre o Feminismo Camponês e Popular e o marxismo latino-americano</i>	2017
	Renata R. Gadelha	<i>História e lutas da territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais</i>	2021
Livros	Sirlei A. K. Gaspareto	<i>Pedagogia da sementeira: a construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas</i>	2018
	Vanderléi a L. Pulga (et al.)	<i>Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia</i>	2018
	Adriana M. Mezdri (et al.)	<i>Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas</i>	2020
Cartilha	MMC	<i>Feminismo Camponês Popular</i>	2018

Fonte: Arquivo do MMC. Organização: TABORDA, 2021

Também é preciso destacar que o presente texto foi baseado na pesquisa militante, cujas primeiras reflexões foram apresentadas em 2021 junto à disciplina Metodologia em Geografia, cursada no Programa de Pós-Graduação em Geografia em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP).

A pesquisa militante é intrínseca à *práxis*. Partimos da concepção dialética do mundo que acredita que não se faz pesquisa sem a realidade, assim como não se produz teoria sem prática. As questões alocadas no interior do saber científico, em especial aquelas relacionadas às problemáticas da classe trabalhadora, devem ser realizadas junto aos sujeitos e movimentos sociais, os quais estão ancorados nos pressupostos de resistência, luta, enfrentamento, decolonialidade e dinâmicas contra-hegemonias de caráter político, cultural, econômico e ambiental (Saquet, 2021).

A *práxis territorial* valoriza e respeita os saberes e conhecimentos populares. Comprometida com a luta de classes, tem o potencial de ressignificar a pesquisa e transformar a sociedade. É feita tão somente com a participação social dos sujeitos, num movimento cooperativo e solidário. A *filosofia da práxis*, de Antonio Gramsci

(2014), inspira a *práxis territorial*, imbuída de um processo tecido entre a cultura popular e a cultura elitizada.

Neste sentido, é importante destacar que a pesquisa militante, como elemento da *práxis*, foi adotada no presente trabalho, pois “para além da reflexão teórica, as críticas teórico-metodológicas e epistemológicas, geraram ricas articulações entre a teoria e a prática” (Bringel e Varella, 2016, p. 482). A pesquisa militante designa um amplo e diverso espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática das lutas populares. É um processo multidirecional que articula intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com o objetivo de fortalecer o protagonismo popular e contribuir na construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações.

A pesquisa militante recoloca, em um patamar emancipador e legítimo, as investigações que envolvem a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social. São investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la (Bringel e Varella, 2016).

No que diz respeito ao pesquisador ou pesquisadora militante, estes, por sua vez, estão “indissociavelmente conectados à sociedade e a suas contradições, atuando, através de suas ações, sobre a realidade para perpetuá-la ou para modificá-la” (Jaumont e Varella, 2016, p. 447). Ainda, segundo os autores, “o intelectual pode tomar posição no sentido de direcionar, legitimamente, sua intencionalidade na produção de conhecimentos para a superação desta condição brutal de exploração e dominação”. Portanto, a pesquisa militante permite que militantes pesquisadoras, camponesas e sujeitos políticos realizem uma análise crítica da realidade, visando a transformação social, elemento que possui centralidade no presente ensaio.

Além dessas notas introdutórias e das considerações finais, o texto está organizado em três eixos: no primeiro são apresentadas reflexões sobre a produção do espaço geográfico, evidenciando a contribuição das mulheres e das teorias feministas; num segundo, discute-se a compreensão de território a partir de revisão bibliográfica de elaboração de militantes do referido Movimento e de outras organizações coletivas;

o último e terceiro eixo apresentam as bandeiras de luta construídas no MMC, apontando elementos da resistência feminista e do Feminismo Camponês Popular.

A produção do espaço geográfico e as teorias feministas

Os estudos feministas no campo da Geografia ganharam impulso na década de 1980, influenciados pela perspectiva marxista e pelas lutas de classe e desigualdades de gênero (Reis, 2015). As geógrafas feministas dessa tendência teórica entendiam que, para compreender as relações de dominação e subordinação, era preciso, também, tratar gênero de forma intrínseca às lutas de classe. Ou seja, não haveria como superar as formas de exploração sem considerar capitalismo e patriarcado como componentes de sistema estruturante da sociedade.

Joseli Maria Silva e Márcio José Ornat indicam que, “já nos anos oitenta há artigos envolvendo geografia e mulheres, como os trabalhos de Silva (1984) e Dantas (1987), cujas temáticas estavam voltadas para a análise do trabalho feminino na produção rural” (Silva e Ornat, 2020, p. 5). É nesse mesmo período que o MMC começa a ser construído nos mais diferentes estados, conforme será abordado nas páginas ulteriores.

O apagamento da produção das Geografias Feministas produzidas há mais de quarenta anos, bem como o silenciamento em torno dos privilégios de gênero nas abordagens espaciais por parte das correntes hegemônicas da Geografia latino-americana, foi impossível de ser mantido frente a explícita geograficidade das mulheres nesses últimos anos. O campo científico da Geografia na América Latina foi paulatinamente permeado pelas pesquisas de gênero e sexualidades, evidenciando um crescimento acentuado em países como Brasil, Argentina e México, além do surgimento de jovens pesquisadores (as) no Equador, Colômbia e Chile (Silva e Ornat, 2020).

Ainda cabe destacar que entre o final do século XX e início do XXI, a própria Geografia Agrária adentrou um período de renovação temática, cujo movimento também incorporou, com mais densidade, o debate de gênero nos últimos anos - uma lacuna, até então, no interior do pensamento geográfico. O entendimento das relações

de gênero comparece como uma das temáticas que mais cresceram nos eventos científicos ligados aos estudos agrários, enfocando, principalmente, em questões reativas às assimetrias e desigualdades entre gêneros, no protagonismo das mulheres nos processos de luta pela terra, na produção, comercialização e jornada de trabalho, na agroecologia e na relação com os movimentos sociais (Vinha, 2021)¹.

Não obstante, é fundamental sobressaltar a contribuição advinda de mulheres do MMC que desenvolveram, a partir da pesquisa militante, produções científicas nesse campo de estudos, foco do presente texto. Ao mesmo tempo, faz-se necessário dialogar com autoras(es) que nos permitem compreender o espaço geográfico. Iniciamos pela célebre e reconhecida concepção de Santos (1996, p. 50), em que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Ainda, para Santos (1978), o espaço geográfico sempre existiu desde antes da ocupação humana. Entretanto, ao ser modificado, torna-se um espaço social, e a partir da materialização da existência humana, alcança uma dimensão da realidade concreta e vivida.

Ao ser produzido pelas ações humanas, entende-se que o mesmo se apresenta como um campo de forças desigual, assim, de acordo com Santos (1978), o espaço é resultado de uma prática que reproduz as relações sociais e de poder. Para Raffestin (1993, p. 158) “quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder”, pois é na interação entre os atores que a natureza e as relações sociais são modificadas.

Ao trazer as definições do espaço pela ótica desses autores é possível compreender e construir a Geografia sob diferentes formas, o que permite dialogar com Fernandes (2005), o qual apresenta que espaço e território, ainda que diferentes, se complementam. Para o autor, todo “território é um espaço, nem sempre geográfico”, que pode ser, também, social. O espaço geográfico de uma nação é o território, e no interior do mesmo, há diferentes territórios, o que Haesbaert (2004), segundo

¹ Entre 2015 e 2019, a temática gênero foi uma das que mais cresceram na Geografia Agrária nacional, totalizando cerca de 84 trabalhos (VINHA, 2021).

Fernandes (2005), denomina de multiterritorialidades. Sobre a concepção de território, trataremos mais à adiante.

Se as ações humanas realizadas ao longo da história produzem as relações sociais e essas se apresentam como uma força desigual, parece fundamental, partir de um olhar feminista, compreender a produção do espaço geográfico. Reis (2015) apresenta que,

[...] discutir o conceito de gênero, a partir da construção histórica da opressão feminina dentro do contexto da sociedade de classe e no processo de organização do espaço geográfico, permite unir a categoria de gênero ao conceito de espaço (Reis, 2015, p. 11).

A autora aponta que é possível abordar as relações de gênero como agentes estruturantes na construção do espaço, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permitem desvendar a base da organização geográfica das sociedades e a estrutura de poder entre os gêneros. O espaço produzido no interior da sociedade capitalista é profundamente hierarquizado, dividido em classes, raças, etnicidades e gêneros, o que configura a sua diferenciação política, dinâmica e multifacetada.

De acordo com Silva (2009a), o desenvolvimento histórico e geográfico do movimento feminista, contesta o poder da Geografia hegemônica, que, por sua vez, é marcada por privilégios de sexo e raça. Neste sentido surgem as geografias feministas, contrárias às ideias da universalidade do saber geográfico, estabelecidas por intermédio de novas versões científicas que pudessem dar visibilidade a grupos repudiados pelo conhecimento hegemônico (Reis, 2015, p. 26).

Percebe-se que a categoria gênero, com enfoque no feminismo, tem sido importante para identificar “as desigualdades materiais entre homens e mulheres em diferentes partes do mundo para uma nova convergência de interesses na linguagem, simbolismo, significado e representação” (Idem, 2015, p. 20).

Assim, por intermédio da produção bibliográfica, pretende-se, a seguir, perfazer um diálogo entre a produção do espaço geográfico e os territórios de luta e resistência construídos pelas camponesas organizadas no MMC e de outros movimentos socioterritoriais, identificando como estas compreendem o território.

Compreendendo o território das camponesas do MMC

Para iniciar esse diálogo é importante apresentar alguns elementos sobre o conceito de território, o que nos leva ao debate que iniciamos previamente neste ensaio, quando referenciamos Fernandes (2005), para quem espaço e território são complementares, mas distintos.

O território é resultado de uma ação realizada pelos sujeitos que o compõem, sendo as relações sociais, por sua diversidade, a criadora de tipos territórios, que,

[...] são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial (Fernandes, 2005, p. 28).

Segundo o autor, “a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos” (2005, p. 28). Na Geografia, o território é considerado uma totalidade, de caráter multidimensional. Ao ser (re)produzido e materializado pelas relações sociais, produzem-se espaços e territórios em movimentos permeados por conflitos, contradições e desigualdades.

Diante dessa constatação, seria o Movimento de Mulheres Camponesas um território? Como a luta e resistência feminista pode contribuir para a construção de territórios (i)materiais? Para responder essas questões é importante recorrer a Fernandes (2005), que afirma que o espaço, o território, o lugar, as relações sociais e as escalas das ações ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados).

Esses movimentos são tanto por parte de instituições não formais, políticas no sentido nato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto por instituições formais, como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Para o autor, os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas constitui-se como essencial para sua existência (Fernandes, 2005). Os movimentos camponeses, os povos

originários, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais, criando seus próprios espaços e territórios através das relações sociais.

Isso permite nos conceber o movimento social como um território que está baseado em relações sociais (i)materiais, ao compreender as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais a partir dos espaços e dos territórios. Assim, faz-se necessário apreender que a disputa territorial também está presente no conhecimento científico, que de acordo com Vinha (2013),

Não pode ser compreendido apenas com foco na materialidade. O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material contida nos modelos de desenvolvimento para o campo (Vinha, 2013, p.1).

Conforme Saquet (2007, p. 171-172) “o movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais significando, ao mesmo tempo, objetividade”. Observa-se que o acesso à terra para as mulheres do campo é ainda um desafio, uma luta diária, e que as mulheres camponesas atribuem outras relações com a terra e a natureza.

Na tentativa de compreender o território, tanto Saffioti (2013) como Almeida e Pereira de Jesus (2020) chamam atenção para a necessidade de interpretar a realidade e identificar a luta das mulheres considerando as categorias de classe, gênero e raça. As camponesas organizadas no MMC, ao construírem as lutas de resistência feminista, consideram as relações de poder existentes na sociedade, trazendo presente as opressões do sistema capitalista, patriarcal e racista.

Neste contexto, Cinelli (2012) afirma que as mulheres, ao enfrentar o patriarcado, também combatem o modelo de produção, e “essa resistência acontece a partir da organização no Movimento de Mulheres Camponesas, a qual podemos conceber como um espaço-tempo da libertação” (Cinelli, 2012, p. 53).

Para compreender a resistência construída pelas mulheres, recorremos a Gaspareto (2018), que afirma que

é preciso analisar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais, que em cada espaço-tempo orientam e dão sentido à vida no território, buscando as articulações ao invés da setorialização e do isolamento,

gerando um sentido de complementaridade e de interação (Gaspareto, 2018, p. 198).

Portanto, não é possível construir a libertação das mulheres sem olhar para a complexidade das relações que estão presentes em cada local. É a partir dessa visão que, ao retomar às escritas de militantes do MMC, identifica-se que as camponesas constroem sua resistência e fundamentam seus territórios mediadas pelo tripé organização, formação e lutas e, desta forma, se constituem em um movimento socioterritorial,

Defendemos aqui que o MMC se caracteriza como um movimento socioterritorial como definido por Fernandes (2005) e Pedon (2009), pois, em suas lutas, busca a conquista de diferentes territórios (terra, política, conhecimento, corpo etc.) e tem a sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade. O território é elemento fundador de suas identidades, e é na sua relação e trabalho diferenciado com a terra/natureza (espaço), a partir de seus corpos e conhecimentos próprios, que as mulheres se definem como camponesas e realizam as lutas em defesa de seus modos de vida, cultura, terra, formas de conhecimento, etc (Gadelha, 2021, p. 4).

Ao compreender melhor o espaço e os fundamentos do sistema capitalista, patriarcal e racista que impõem relações de poder, e no intuito de potencializar a luta por direitos, o avanço nas políticas públicas, a construção de novas relações e o fortalecimento do projeto de agricultura camponesa agroecológica, compreendemos que é necessário destacar as contribuições do debate paradigmático, em especial, o Paradigma da Questão Agrária - PQA.

De acordo com Fernandes (2001), o PQA é uma visão de mundo que acredita que o processo de acumulação e expansão capitalista no campo provoca profundas desigualdades. Este modo de produção é responsável por gerar grandes disparidades, como a miséria e a pobreza, ao passo que combina o avanço do agrohidromineronegócio de forma predatória e destruidora dos bens naturais e da cultura existente nos locais.

Assim, o PQA propõe uma leitura política que encara a conflitualidade, não se limitando à lógica do capital. O enfrentamento ao modo de produção capitalista é condição para a (re)criação do campesinato, dos povos originários e tradicionais. Com isso, na universidade, por exemplo, o PQA se manifesta a partir de pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, do feminismo, da agroecologia e dos

movimentos sociais/socioespaciais/socioterritoriais. São estudos que analisam os territórios e as territorialidades construídas pelos sujeitos dos campos, florestas e águas, entendendo as mulheres como protagonistas, capazes de promover mudanças e transformações.

Visando uma disputa contra-hegemônica, Seibert e Rodrigues (2017) afirmam que é preciso entender que a luta pela terra e território das populações indígenas, camponesas e negras são fundamentais. O controle e concentração da terra, das florestas, das águas e dos bens naturais são determinantes para a acumulação do modelo econômico capitalista e imperialista, o que coloca o território como um espaço de disputa cotidiana na vida das mulheres.

Gaspareto (2018) identificou o território como *práxis*, efetivada com o desenvolvimento do Programa de *Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças*. As mulheres camponesas passaram a dar sentido político/formativo para a “horta” e as “sementes”. Desse pequeno território se deu a resistência e o enfrentamento ao capital, reafirmando a produção na perspectiva da agroecologia.

Assim destacamos inicialmente algumas considerações em relação ao/s conceito/s de território tendo em vista que este/s se constitui enquanto lugar da práxis. É um conceito que também está em disputa. É no território que interagem diferentes sujeitos e ali eles próprios fazem-se ao mesmo tempo em que vão construindo significados para suas experiências. No século XXI, elementos novos vão se colocando, na medida em que vai se construindo uma maior tomada de consciência sobre o território pelo mundo todo. Entram em cena outras concepções a partir da dimensão territorial dos processos produtivos, culturais, sociais, entre outros (Gaspareto, 2018, p. 196).

Silva e Santos (2020), ao discutirem as lutas camponesas, em especial as Ligas Camponesas, apresentaram o território na dimensão geográfica. Apontam que o campo herdou a marca das relações capitalistas, patriarcais e escravocratas. Fazem referência ao poder do coronelismo, da política de cabresto, do uso da força praticada nos engenhos e canaviais. São relações que, no decorrer dos tempos, foram refinadas, e seguem se reproduzindo no cotidiano das mulheres. Ainda, enfatizaram a importância da conscientização sobre as raízes da violência, da dominação e da discriminação. Esse entendimento contribui para que o MMC organize e protagonize lutas de denúncia às

estruturas sociais que sustentam o papel secundário da mulher e dos povos do campo e, ao mesmo tempo, trace lutas de resistência feminista como forma de enfrentamento ao modelo de sociedade vigente.

Almeida e Pereira de Jesus (2020) também refletiram sobre essa concepção de sociedade, e apresentam o território como espaço de viver. Apontam que a luta das mulheres não se dá apenas, em virtude da exploração do trabalho, dos bens naturais, das sementes, da terra, dos corpos e dos territórios, mas porquê os transformam em mercadorias com o objetivo de lucrar, o que reforça a reprodução da desigualdade no campo e na cidade.

A importância da mulher camponesa em movimento e sua atuação no MMC dialoga, novamente, com Gaspareto (2018), quando salienta que:

A maioria dos movimentos na atualidade encontra seu sentido no território e é desse lugar que se subleva. O território como espaço de inteligibilidade do complexo social em que a história é traçada do inframundo até o cosmos e abrange todas as dimensões do pensamento, a sensibilidade e a ação. Lugar onde reside a história que vem de longe para nos ajudar a encontrar os caminhos do horizonte. Desse lugar onde a terra adquire forma humana e toma corpo nos homens e mulheres, os da cor da terra, [...] de milho, de mandioca, de trigo e arroz. Do território cultural, do território complexo onde são geradas as práticas e as utopias, os sentidos da vida e da morte, os tempos e os universos de compreensão. É aí onde se constrói a esperança, onde são rasgados os sonhos quando não se consegue mantê-la (Ceceña, 2008, p. 36. *apud*, Gaspareto, 2018, p. 49).

Silva, Santos e Santos (2020), ao analisarem o território a partir dos povos originários e das mulheres, entenderam a terra como território sagrado, herdado da ancestralidade. Apontam para valores imateriais que propõem significados de sustentação e reprodução do viver, e reafirmam que,

[...] enquanto Movimento de Mulheres Camponesas, somos contra o genocídio indígena e temos estas mulheres como exemplo de luta, de resistência e de construção de uma sociedade pautada na defesa do território e da soberania alimentar, livre da repressão neoliberal, monopolizada e latifundiária (Silva, Santos e Santos, 2020, p. 60).

Aliás, especialmente para as mulheres indígenas, a luta pela terra e pelo território têm incorporado novos sentidos com a discussão sobre corpo-território. Ainda que não seja um escopo analítico alavancado pelo MMC, tal concepção merece

destaque, uma vez que ganhou projeção junto à produção feminista sobre as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas no Brasil. Parte de uma abordagem que preconiza a relação do território com a escala do corpo, revelando a corporeidade como objeto de exercício do poder e resistência (Haesbaert, 2020).

Segundo Chaves (2021), a categoria corpo-território é empregada como forma de resistência, numa tentativa de superar a lógica dualista e dicotômica estabelecida entre povo/território, sociedade/natureza e produção/reprodução. Dialogar com a relação corpo-território permite integrar território, reprodução social e ação cosmopolítica e, em particular, no uso dado às mulheres indígenas em suas lutas, numa clara e direta oposição às cisões e fragmentações consagradas pela lógica capitalista.

Assim, incorporar a dimensão projetada pela ideia de corpo-território é fundamental para a reprodução dos povos originários e a manutenção de suas relações com os antepassados. O corpo-território comparece como categoria política, condição impreterível para a continuidade e existência dos povos originários.

O território é corpo porque é inseparável, porque não se pode ser povo sem que o território exista, porque, assim como o corpo, é no território que estão as memórias, a identidade, as condições básicas para a existência plena. Sem o corpo e sem o território, os povos deixam de ser povos (Chaves, 2021, p. 66).

As concepções apresentadas permitem identificar que o MMC, ao se contrapor a sociedade capitalista, patriarcal e racista, compreende que o território é um lugar de conflito e enfrentamento, ao mesmo tempo que também projeta-se como um direito ao bem viver. As mulheres camponesas, em seus territórios, compreendem a vida como uma totalidade, imprimindo uma maneira própria de ser e construir novas relações.

Todos estes aspectos requerem maior aprofundamento e análise de como as mulheres se compreendem nessa sociedade, bem como constroem suas principais bandeiras de resistência feminista. Pautam a luta por direitos, por emancipação, pelo enfrentamento de todas as formas de violência e discriminação, por políticas públicas e pela construção e fortalecimento do projeto de agricultura camponesa agroecológico. A seguir, pretende-se trazer um breve apanhado dessas bandeiras que representam a resistência feminista.

Bandeiras de luta que se constituem em resistência feminista no MMC

Antes de iniciar esse debate, isto é, apresentar as bandeiras de luta construídas no interior do MMC, apontando elementos da resistência feminista, faz-se necessário elencar alguns marcos históricos que constituem a história de organização do Movimento.

O MMC nasceu durante o processo de luta contra a ditadura militar, pela reabertura política e redemocratização do país. Assim, entre o final dos anos de 1970 e início dos 1980, o MMC representou a luta por direitos e políticas públicas que proporcionassem melhores condições de vida à classe trabalhadora. Mesmo participando intensamente desse momento importante na história do país, as mulheres, devido a cultura capitalista, patriarcal e racista, continuavam invisibilizadas (MMC, 2018).

Diante disso, as mulheres camponesas ousaram, em diversos estados do Brasil, construir grupos, movimentos e associações como espaços de diálogo, debate e reflexão sobre a realidade por elas vividas (MMC, 2018). Perceberam que a opressão, exploração, violência e discriminação só poderiam ser enfrentadas de forma organizada, com formação política e muita luta. Compreenderam que somente com o protagonismo das mulheres é que garantiriam a igualdade de direitos e a participação nos espaços de decisão, principalmente com relação a dura realidade imposta à vida na agricultura.

Construir um projeto contra-hegemônico no campo para as camponesas organizadas se expressava na luta por direitos, políticas públicas, novas relações e o fortalecimento de um projeto de agricultura camponesa agroecológico feminista, elementos fundamentais para avançar na transformação da sociedade.

As mudanças na agricultura impactaram decisivamente o modo de vida camponês, pois o incentivo do Estado com o processo de modernização conservadora e dolorosa, baseada nos ditames da Revolução Verde, deixou parcela expressiva dos camponeses e camponesas ainda mais pobres, sem-terra, endividados e/ou sem nenhum amparo do Estado - ainda que parte tenha se adaptado ao processo de integração à agroindústria.

A Teologia e a Filosofia da Libertação, junto com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, conformaram a teoria emancipacionista e de transformação na América Latina. Nesse momento histórico, contribuíram amplamente para a organização, mobilização e conscientização política dos trabalhadores e trabalhadoras (Collet, Lorenzoni, Seibert, 2020), inclusive junto ao MMC. Vários grupos de mulheres foram organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, conforme Seibert (2019, p. 28) “promove a discussão sobre as desigualdades sociais que elas vivem em sua condição de trabalhadoras pobres”.

As bandeiras de luta das camponesas nos anos 1980 foram fortemente marcadas pelo direito à aposentadoria e à saúde, o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais, entre outras pautas que fizeram parte na Constituição de 1988.

Após a promulgação da CF/1988, as lutas seguiram durante os anos subsequentes, pautando a regulamentação de cada direito conquistado, como: a aposentadoria na condição de segurados (as) especiais, que ocorreria apenas em 1991; o auxílio-acidente de trabalho para camponeses e camponesas, que foi conquistado em 1992; e o salário-maternidade, no ano de 1994. Isso nos mostra que a organização das camponesas possibilitou, em pleno processo de implementação do neoliberalismo no país, a ampliação de direitos, conquistas importantes para a emancipação das mulheres (Calaça, *et al.*, 2018, p. 9).

É importante destacar que ao mesmo tempo em que as mulheres assumiram as lutas pelo reconhecimento da profissão, documentação, direitos previdenciários e saúde, não deixaram de debater as questões da agricultura e defender políticas públicas para a produção camponesa.

As camponesas perceberam a necessidade de fortalecerem-se enquanto coletivo que desejava transformar as relações sociais. Tal entendimento revelou o desafio de unificar, num movimento nacional, os diversos grupos autônomos de mulheres existentes no Brasil, o que levou, no dia 8 de março de 2004, durante o I Congresso Nacional realizado em Brasília, a consolidar o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil.

Dentre esses grupos autônomos, citamos: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do ES; Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Acre; Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MA; Comissão de Mulheres

Trabalhadoras Rurais de AL; Movimento de Mulheres Agricultoras em SC; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de MG; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MS; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da BA; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de SE; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da PB; Movimento de Trabalhadoras Rurais do RR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do PA; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Ribeirinhas do AM; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de TO; Organização de Mulheres Rurais do PR.

As camponesas reafirmaram a identidade de ser um Movimento camponês, autônomo, popular e feminista, assumindo a missão de libertação das trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, em que as mulheres são protagonistas de suas histórias. Lutar por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza (MMC, 2004).

O contexto vivenciado pelas camponesas levou-as a fortalecer e deliberar um projeto popular, feminista e agroecológico,

pela viabilização de políticas agrícolas como por exemplo crédito especial para mulheres; pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar; pelo direito à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade (MMC, 2004, p. 5).

A partir desse posicionamento do MMC, as camponesas buscaram estudar e compreender melhor os conceitos de agricultura camponesa e campesinato. Para as camponesas, além da forma de como se relacionar com a terra e os bens naturais, buscaram-se novas relações entre os seres humanos, bem como o acesso à terra.

Tal questão remete à Fernandes (2008), o qual apresenta que a unidade camponesa é condição essencial para a produção de sua existência e da produção de alimentos. O autor ressalta que é preciso compreender o campesinato como um sistema, o que para ele não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu

território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital (Fernandes, 2008).

A reflexão sobre as lutas específicas e de classe exigiu uma expressiva inserção das mulheres camponesas nas regiões, o que possibilitou uma dimensão nacional, latino-americana e internacional. Diante disso, foi criada a Campanha internacional “Sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, o que motivou o MMC a instituir um projeto de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças em SC, bem como o programa “Plantando Saúde no RS”, além de fazer o debate do crédito especial para as mulheres (Collet, Lorenzoni e Seibert, 2020).

A importância desse debate se fortaleceu em escala nacional. As camponesas identificaram a investida do agronegócio sobre os territórios dos povos camponeses, indígenas e quilombolas, o que motivou, em 2006, em conjunto com as demais mulheres da Via Campesina, a realização do ato contra a Aracruz Celulose. Essa ação colocou na sociedade o debate sobre a soberania alimentar para os povos e populações mais vulneráveis. Configurou-se como uma ação que se contrapôs ao modelo de agricultura convencional, baseado em monocultivos, agrotóxicos e latifúndios, estruturas que historicamente provocaram sérios danos a biodiversidade e aos povos no campo.

Em 2007, o MMC lançou a “Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis” para debater a importância da soberania alimentar para os povos e organizar diversas experiências de produção agroecológica no país. Isso fortaleceu os quintais produtivos como forma de construir territórios de resistência, bem como promover renda, autonomia e emancipação às camponesas.

Ainda nessa direção, com a agudização da fome no país, a falta de políticas públicas e a necessidade de fortalecer a autonomia no campo, em 2020 as camponesas lançaram a “Campanha Nacional Sementes de Resistência”. Para além, se colocaram na luta contra a retirada de direitos previdenciários, e contestaram todas as reformas em curso. A Brigada Loiva, organizada em 2019, se contestou a Reforma proposta pelo governo Bolsonaro, reforma que, em sua proposta, evidenciou o patriarcado, o racismo e a desvalorização das mulheres.

Importante ressaltar que o enfrentamento à violência contra às mulheres sempre esteve presente nas ações do Movimento. Debates, seminários, pesquisas e denúncias foram realizadas. Conforme Calaça, Conte, Taborda (2020) é preciso compreender que no período atual o patriarcado assume formas distintas e, no capitalismo, se aprofunda e se atrela a uma lógica de exploração do trabalho, de uma classe sobre a outra, mantendo, também, uma dominação e exploração que se ampliam quando realizamos o recorte de raça/etnia. Essas relações patriarcais vêm sendo reforçadas no Brasil, o que tem vitimado milhares de mulheres diariamente.

Dados sobre feminicídios revelam que diariamente no Brasil são mortas em torno de 6 mulheres, o que coloca o Brasil, desde 2013, na 5ª posição no *ranking* mundial, conforme Organização das Nações Unidas e do Instituto Patrícia Galvão. De acordo com as autoras Lorenzoni, Seibert e Collet (2020, p. 149), em 2019 “[...] a cada minuto nove mulheres foram vítimas de algum tipo de agressão no Brasil e 536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2018”. Relatam ainda que, de janeiro a julho de 2016, foram registradas 68 mil denúncias no Disque 180, sendo que deste montante, aproximadamente 4 mil foram de mulheres que residem no campo. Esses dados revelam que a violência está ainda muito presente na vida das mulheres, um grande desafio à luta feminista no campo.

Percebe-se que as camponesas organizadas no MMC pautaram suas ações no entendimento de que pertencem a classe trabalhadora, construindo conhecimento a partir do estudo teórico, mas também de elementos e práticas dos saberes populares que historicamente foram sendo forjados pelos povos. Ao buscar compreender essas práticas, constatamos que estas já possuíam um caráter feminista. Mais tarde, ao assumirem um posicionamento feminista mais explícito em 2004, as camponesas começaram a dialogar e formular a concepção de feminismo que as representaria.

Assim, considerando a diversidade de mulheres que compõem o MMC e em diálogo com as mulheres organizadas na Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) e em La Via Campesina (LVC) desenvolveram um Feminismo Camponês Popular.

A busca por libertação das camponesas envolve ações práticas geradoras de conflitos, disputas de poder no seio familiar e da sociedade, conflitos que visam equilibrar os poderes entre homens e

mulheres [...]. Para romper as barreiras da dominação e da submissão as camponesas devem confrontar permanentemente o sistema capitalista e patriarcal. [...] o feminismo camponês popular emerge como uma proposta política construída coletiva e organicamente pelas mulheres camponesas do MMC, junto às mulheres da CLOC/LVC. [...]. A perspectiva feminista das camponesas, se efetiva em um processo permanente de transformação de cada mulher, em sua libertação individual das relações de dominação e exploração, mas ao mesmo tempo coletivamente, que é o espaço onde cada uma se alimenta e se fortalece para suas batalhas internas de libertação e também fortalece um sujeito coletivo que trava as disputas para conquistas coletivas, como as alcançadas pelo MMC ao longo de sua trajetória de organização popular (Seibert, 2019, p. 117).

As camponesas identificaram a existência da divisão sexual do trabalho. Para romper com as cercas dessa opressão compreenderam que:

É preciso utopia, construções coletivas como experiência do que ainda não havia, para fazer as mudanças necessárias. Ou as fazemos com nossas próprias mãos ou não o faremos por nós. Precisamos construir formas de lutas, tecendo sonhos de libertação, de solidariedade, de resistência, com ousadia e garra, princípios para construir uma sociedade de justiça, de vida digna e de igualdade [...]. Nós, mulheres organizadas, continuaremos na luta pelo reconhecimento, valorização e valorização do trabalho realizado diariamente pelas camponesas. A libertação da mulher é obra da própria mulher! (Calaça, Conte e Taborda, 2020, p. 131).

Recorremos a Saffioti (2013, p. 194), que defende que “o feminismo é uma posição falsa se considerada como perspectiva autônoma”; “não há um feminismo autônomo, desvinculado de uma perspectiva de classe”. Percebe-se que para o materialismo histórico-dialético, o substrato material de todos os fenômenos sociais apresenta grande importância.

O MMC (2018) propõe que o Feminismo Camponês Popular se construa na luta de enfrentamento a violência sofrida pelas mulheres, contra o patriarcado e o racismo, através da luta por direitos e emancipação. Busca, ainda, um projeto de agricultura camponesa agroecológico feminista que se contraponha ao modelo hegemônico do agronegócio e do latifúndio.

O Feminismo Camponês Popular é a expressão da história forjada e vivenciada pelas camponesas, pois é nele que as mulheres do campo se percebem como sujeitos e portadoras de direitos. Demonstram que é possível transformar a realidade, na luta

cotidiana por uma vida sem violência e discriminação, por políticas públicas, terra, território e agroecologia, por intermédio de experiências de libertação anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais.

O Feminismo Camponês e Popular é forjado na luta cotidiana de resistência e enfrentamento ao capitalismo, particularmente em sua expressão no campo. Construimos a partir da luta contra o agronegócio na defesa da natureza, dos bens naturais, contra os agrotóxicos e os transgênicos, contra o roubo e saque de nossos territórios e terras. É assim que as ações de lutas das mulheres contra os latifundiários, contra as empresas do agronegócio, de enfrentamento ao Estado e contra sua repressão e criminalização da luta das mulheres camponesas faz parte da história e da formação da luta feminista camponesa popular. Essa ação enfrenta muitos inimigos, o agronegócio que destrói a natureza e a vida das mulheres, mas também o patriarcado que coloca a mulher restrita ao espaço privado, pois, mais uma vez, se coloca a importância da visibilidade das lutas e do trabalho das mulheres como sujeitas concretas de transformação da sociedade, ressaltando o caráter de luta contra o capitalismo e o patriarcado do FCP (MMC, 2018, p. 33).

As ações protagonizadas pelas camponesas do MMC evidenciam que é preciso repensar as práticas de produção e consumo, as relações com a natureza e entre os seres humanos para a construção de territórios do bem viver. Tal posicionamento é escancarado quando o MMC, através da “Campanha Nacional: Sementes de Resistência”, lançada no Brasil em março de 2020, assumiu o combate à pobreza e à fome. No final de 2020, segundo dados do IBGE, mais de 19 milhões de pessoas passavam fome, e em 2021 já eram 117 milhões que viviam em situação de insegurança alimentar.

Reafirma-se, desse modo, a luta das camponesas pela produção de alimentos saudáveis, visando a soberania alimentar e o acesso a toda população a alimentos de qualidade. Reforça-se a necessidade de cuidar do planeta e dos bens naturais, por isso, pautam seus territórios na agroecologia, que para o MMC é um modo de vida, um projeto de sociedade para o campo e a cidade.

Suas ações, através da organização, formação e lutas, possibilitam forjar a autonomia econômica das mulheres, a sua participação política na sociedade, novas relações entre os indivíduos e com a natureza. Concebem a multiterritorialidade como

alternativa de criar caminhos para a construção de um projeto baseado no bem viver, na solidariedade e no direito irrestrito dos povos aos bens naturais.

Considerações finais

Ao apresentar reflexões acerca do território de luta e resistência feminista a partir do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ficou explícita a sua importância como importante ferramenta que congrega a ação política coletiva na busca pela emancipação das mulheres. A partir da pesquisa militante, compreende-se que a produção teórica das camponesas concebe o espaço como possibilidade de pensar a construção de territórios baseados no bem viver, pois trazem a herança das mulheres indígenas, negras, camponesas e lutadoras que as inspiram a construir uma nova sociedade. O Feminismo Camponês Popular traduz essa concepção, projeto contra-hegemônico que reconhece a pluralidade e a diversidade das formas de pensar, organizar, produzir e viver das mulheres camponesas em seus territórios.

Enquanto militantes e pesquisadoras reconhecemos que as camponesas trilham caminhos para uma sociedade justa, humana e digna. A luta por direitos, por um projeto de agricultura camponesa agroecológico e feminista e a construção de novas relações, têm desafiado as mulheres a se reinventarem, resistirem, ousarem, protagonizarem e transformarem a história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo camponês popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020, p. 49-61.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital do Direito Administrativo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609>. Acesso em 10 jan.2021.

CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura. Feminismo camponês e popular: uma história de construção coletiva. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4993>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CALAÇA, Michela; CONTE, Isaura; TABORDA, Noeli Welter. Divisão sexual do trabalho. In: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 123-132.

CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universitat de Barcelona, v. 25, n. 4, p. 51-71, 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/32707/36399>. Acesso em 04 mai. 2024.

CINELLI, Catiane. **Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2012. (Dissertação de mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2012.

GASPARETO, Sirlei A. K. **Pedagogia da sementeira: a construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas**. São Paulo: Ed. Dialogar, 2018.

GADELHA, Renata Rocha. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8500>. Acesso em 3 abr. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. São Paulo, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em 24 mar. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-86, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/361>. Acesso em: 5 mai. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>. Acesso em 3 mai. 2024.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata V. S. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21833> Acesso: 16 de junho de 2021.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiane Graciele; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias *In*: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. 2. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas – Brasil. Uma Afirmação de Muitas Histórias. **Documento Tese do MMC**. Brasília, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo Camponês e Popular**. Passo Fundo: Ed. Passografic, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, Maria Lopez. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, URRJ, n. 38, p. 11-34, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29067>. Acesso em 6 jun. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAQUET, Marco Aurélio. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material. *In*: SAQUET, M.A. (org.). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 157-200.

SAQUET, Marcos Aurélio. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8497>. Acesso em 14 ago. 2022.

SEIBERT, Iridiani Graciele. **Feminismo Camponês Popular**: Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social. 2019 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação de Estudos Comparado para as Américas, Ciências Sociais, Universidade de Brasília/UNB, Brasília, 2019.

SEIBERT, Iridiani Gracieli; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. A aproximação teórica entre o Feminismo Camponês e Popular e o Marxismo Latino-americano. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7, 2017, Curitiba. **Anais [...]** Paraná: SINGA, 2017. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SILVA, Edcleide da Rocha; SANTOS, Gabriela Maria Cota dos; PEREIRA, Glaciene Vareiro; SANTOS, Margarida de Oliveira dos. Mulheres indígenas em defesa do território e da identidade. In: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020, p. 49-61.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography**, University of Texas Press, v. 19, n. 1, p. 163-171, 2020. Disponível em: <https://repository.lsu.edu/jlag/vol19/iss1/16/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SILVA, Susana Maria Veleza da. Geografia e Gênero/Geografia Feminista o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 23, p. 105 - 110, 1998. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>. Acesso em 11 set. 2020.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 16, n. 23, p. 27 - 42, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2636>. Acesso em 3 jan. 2020.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Geografia de lutas e resistências no Triângulo Mineiro: estudos agrários e debate paradigmático. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 79, p. 262-275, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/58750>. Acesso em 11 mar. 2022.

Submetido em: 14 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 25 de abril de 2024

Aprovado em: 09 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3471

COMO CITAR

TABORDA, N. W. VINHA, J. F. S. C. Movimento de Mulheres Camponesas: território de luta e resistência feminista. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 750-775. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3471>. Acesso em: dd/mm/aaaa.